

ORGANIZADORES:

BENÍCIO VIERO SCHMIDT - RENATO DE OLIVEIRA - VIRGILIO ALVAREZ ARAÇÓN

ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS: ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA



EDITORA



UnB

As velozes e intensas mudanças sociais que vivemos nas últimas duas décadas refletem-se nas instituições. Os debates atuais giram em torno de novos paradigmas de estruturação e administração das organizações. Cada uma das organizações sociais volta-se para o seu interior, discutindo sua missão e suas metas estratégicas para o próximo século, sem esquecer a interrelação com as outras organizações e com as várias esferas estatais e sociais. O ensino superior não escapa a esse exame crítico. A entrada do novo século e mesmo do novo milênio, com todas as mudanças econômicas, políticas e culturais que já se antecipam, impõe repensar as estruturas, os objetivos e a função social que o ensino superior, a universidade, a ciência & tecnologia e a profissão acadêmica desempenharão neste novo contexto. O Estado debruça-se sobre esse novo tema, assim como a própria Academia e mesmo a sociedade. Os atores dialogam e buscam o consenso, nem sempre fácil, nem sempre possível, na definição de políticas que dêem um novo formato, uma nova missão, um novo papel ao ensino superior, à ciência & tecnologia, à universidade e à profissão acadêmica. Os problemas que afetam ao Brasil, nesse sentido, não são simplesmente dele, são problemas comuns aos outros países do continente latino americano, ainda que em dimensões e condições diferentes.

**ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:
ENSINO SUPERIOR
NA AMÉRICA LATINA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

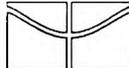
Conselho Editorial

Alexandre Lima,
Airton Lugarinho de Lima Camara,
Estevão Chaves de Rezende Martins,
José Maria G. de Almeida Júnior,
Moema Malheiros Pontes

BENÍCIO VIERO SCHMIDT
RENATO DE OLIVEIRA
VIRGILIO ALVAREZ ARAGÓN
(Organizadores)

ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:
ENSINO SUPERIOR
NA AMÉRICA LATINA

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira & Virgilio Alvarez Aragón (organizadores)

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 5.988, de 14/12/73.

É proibida a reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios,
sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Editora Universidade de Brasília

SCS Quadra 02 Bloco "C" nº 78

Edifício OK - 2º andar

70300-013 Brasília – DF - BRASIL

Fone: (55 00 xx 61) 226-6874 - Fax: (55 00 xx 61) 225-5611

Site: <http://www.editora.unb.br> - Endereço Eletrônico: editora@unb.br

Supervisão Geral de Editoria: Maria Zélia Borba Rocha

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Data Certa Comunicação

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca da Universidade de Brasília

Schmidt, Benício Viero

S349

Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina / Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira, Virgilio Alvarez Aragon. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

310 p.

ISBN 85-230-0602-8

1. Ensino superior - América Latina. 2. Ensino superior e sociedade. 3. Política educacional - América Latina. I. Oliveira, Renato de. II. Aragon, Virgilio Alvarez. III. Título.

CDU 378.014.53(7/8)

Financiamento:

CAPES – Fundação-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

PREFÁCIO

A EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANA EM UMA ENCRUZILHADA **15**

Virgilio Alvarez Aragón e Maria Zélia Borba Rocha

UNIVERSIDADE, ELITES E ESTADO

A UNIVERSIDADE, A FORMAÇÃO DAS ELITES E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL **29**

José Antônio Giusti Távares

A FORMAÇÃO DE CIENTISTAS: NECESSIDADES E SOLUÇÕES

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE CIENTISTAS NO PAÍS: EVIDÊNCIAS, ÊXITOS E DESAFIOS **77**

Jacques Velloso

FORMAÇÃO DE CIENTISTA: O CASO DE VITAL BRAZIL (1865/1950) **99**

André de Faria Pereira Neto

PROFISSÃO ACADÊMICA: ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS

A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO **139**

Elizabeth Balbachevsky

LOS ACADÉMICOS EN LOS NOVENTA: ¿ACTORES, SUJETOS, ESPECTADORES O REHENES? **155**

Manuel Gil Antón

LA PROFESION ACADÉMICA EN BRASIL: EL CASO DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA **179**

Virgilio Alvarez Aragón

Políticas Públicas e Acadêmicos: um caso de impacto **205**

MARIA ZÉLIA BORBA ROCHA

Universidade Pública, C&T e Acadêmicos **229**

VILMA FIQUEIREDO

AS NOVAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O FUTURO DA UNIVERSIDADE

A Educação Superior e a Globalização **239**

BENÍCIO VIÉRO SCHMIDT

A Universidade Pública Brasileira entre a Reforma e a Contra-Reforma **263**

RENATO DE OLIVEIRA

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA:

PROMESAS CUMPLIDAS Y DESAFÍOS PENDIENTES - EL CASO ARGENTINO **279**

CARLOS ALBERTO MARQUIS

LAS NUEVAS POLÍTICAS DE REESTRUCTURACION DE LA

ENSEÑANZA SUPERIOR Y EL FUTURO DE LAS UNIVERSIDADES **297**

UBALDO ZÚÑIGA QUINTANILHA

Sobre as Instituições **307**

Sobre os Autores **309**

As Novas Políticas de Reestruturação do Ensino Superior e o Futuro da Universidade

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A GLOBALIZAÇÃO

BENÍCIO VIERO SCHMIDT

Em um mundo em rápida transformação, baseada na liberdade inaudita de movimentação do capital, onde qualquer referência ao “nacional” assume feições de ficção contábil, é difícil fazer um balanço de qualquer sistema educacional a partir de determinações político-territoriais.

A análise de um sistema educacional, compreendendo diferentes níveis de formação escolar, relação entre matrículas e graduados, número de unidades de serviço públicas e privadas, professores e programas curriculares, usualmente supõe uma referência territorial. É dentro de limites espaciais que se dão as relações que compõem um dado sistema educacional.

Pois bem, as novas condições de globalização, ou de mundialização, determinam a necessidade de outros requisitos para a análise e formulação de perspectivas de qualquer subsistema de atividade social, principalmente a educacional.

Esses novos requisitos analíticos não decorrem somente da transformação globalizadora que sofrem as culturas cívicas nacionais. Tratam-se, também, de exigências decorrentes do próprio funcionamento do sistema produtivo internacionalizado. Há uma nova divisão do trabalho intelectual e técnico emergente em todo o planeta. Os fatores que determinam essa divisão estão já contidos na combinação de elementos políticos, econômicos e militares que configuram o nascimento do Estado-Nação moderno, a partir do século XVIII.

Neste contexto, os mais otimistas acreditam que a modernização

dos sistemas educacionais nacionais levará, provavelmente, à equiparação das oportunidades entre os diversos países. Os mais pessimistas acreditam que os dados já estão definidos; a estratificação internacional já está consolidada. Restaria a luta por um outro padrão civilizatório, frontalmente contrário às bases que sustentam a expansão do atual sistema capitalista internacional.

Muito dos debates ao redor das melhores metodologias e epistemologias capazes de produzir uma educação eficiente e redentora escondem essas opções valorativas preliminares. É o caso, por exemplo, da defesa do construtivismo extremado, que permite aos professores a elaboração de materiais de ensino originais, baseados em processos de pura experimentação.

É curioso e irônico constatar que correntes de direita e de esquerda acabam tendo a mesma posição institucional, decorrentes de princípios diversos. A esquerda, fundamentada nos sociólogos desmistificadores, acusa a escola formal com seus “*currículos e procedimentos com sentidos invisíveis*”, de simplesmente reproduzir a estrutura social vigente. A direita requer independência das razões emergentes da vida cotidiana experimentada, contra a padronização embutida nos códigos de comportamento profissional e intelectual dos docentes. A esquerda condena a escola formal pelo ângulo da reprodução social. A direita condena a escola formal pela distância crítica que ela impõe ao alunos frente à reprodução social.

Essa tensão é raramente explicitada, o que causa enorme confusão na elaboração de políticas eficientes. O Estado, por sua vez e de acordo com a tradição republicana, tem procurado expandir as bases da educação formal, com todas as suas variantes de orientação. Neste aspecto, tanto os libertários norte-americanos como os gramscianos latino-americanos concordam com a tradição da modernidade francesa, onde a escola é agência básica de socialização para a cidadania; como aliás está explicitado na obra de Durkheim.

Este artigo trata, pois, da expansão do sistema de educação superior no Brasil a partir de tensões políticas que estão presentes nos debates sobre os rumos do próprio sistema. Ele também supõe que os fatores internacionais e as transformações contemporâneas que afetam os pa-

péis emergentes do Estado Globalizado são componentes do quadro onde ocorre a expansão do sistema educacional.

A Internacionalização do Ensino Superior

A concretização inexorável de uma comunidade científica e de informação de caráter global passa pela internacionalização acelerada do ensino superior. Isto abrange muitas dimensões complexas, tanto do ponto de vista conceitual, quanto operacional.

A primeira dificuldade resulta do quadro de profundos desequilíbrios econômicos, sociais e culturais entre regiões e países. A África e a Ásia, por exemplo, devido à falta de oportunidades de emprego de sua mão-de-obra especializada e científica, exporta cérebros contumaz e costumeiramente para os países de grande desenvolvimento econômico e científico. A Índia é conhecido reservatório para programadores, físicos, matemáticos e médicos para os Estados Unidos. Cerca de 50% dos médicos do sistema público de saúde de New York, por exemplo, são indianos. Os estudantes norte-americanos não investem mais tanto tempo de formação e residência médica quanto seria de desejar, dadas as oportunidades econômicas e profissionais disponíveis.

Ainda que o Brasil não tenha esta característica de exportador líquido de cérebros, o fenômeno começa a aprofundar-se. Companhias de informática dos Estados Unidos estão começando a angariar recursos humanos em nosso país, de modo avassalador, incluindo-se aí o nível técnico intermediário, que não supõe formação superior.

A certificação universitária, hoje mais do que nunca na História, é um requisito indispensável. Não tanto pelo que se apreende, mas pelo modo correto de apreender. A centralidade do conhecimento reside em percursos epistemológicos e metodológicos exaustivos e rigorosos, ancestrais roteiros obrigatórios da filosofia clássica e moderna. Saber abordar um objeto qualquer, tratá-lo nos seus componentes e formular hipóteses de desenvolvimento dos fenômenos observados, requer justamente aquilo que é mais precioso na trajetória universitária. E isto não é matéria a ser recolhida pela “experiência vivida”, exclusivamen-

te. Se isto fosse verdadeiro, os boêmios seriam os melhores poetas e os trapezistas de circo seriam os melhores físicos, por exemplo !

O equivalente a esses erros, que os estatísticos denominam de “falácia de nível equivocado”, ou seja, tomar dados e informações manifestas por um nível da realidade observada como sendo aplicável a outro nível do real, está freqüentemente presente na análise política. Ele ocorre quando se confunde a função do político profissional com a do protagonista direto dos fatos políticos.

São coisas distintas. O PT (Partido dos Trabalhadores), por exemplo, pode ser visto com um estudo de caso deste fenômeno. A história recente do PT, nas suas relações com os movimentos sociais ilustra bem o fenômeno. São papéis distintos no sistema político existente, daí as enormes contradições que têm surgido entre eles. Partido político que incorpora, de modo simplório, o protagonismo, nunca chegará a partido político eficiente e eficaz; como o PT tem apreendido penosamente.

Daí que, ao contrário do senso comum tão difundido pelos meios de comunicação, não basta expandir o ensino superior, mas manter sua alta e intrínseca qualidade. Caso contrário, seria a vulgarização das inutilidades em grande escala. Por isso, as dimensões centrais que compõem os atuais desequilíbrios mundiais têm de ser levados em consideração pelo projeto de desenvolvimento da educação superior.

A oferta de educação superior tem aumentado fantasticamente, nos últimos anos, como prova de tendências inexoráveis. De 13 milhões de matrículas no mundo em 1960, passamos para 85 milhões em 1999; apesar dos obstáculos, principalmente residindo no continente africano de hoje. De outro lado, o número de pessoas que realizam seus estudos superiores fora de seu próprio país aumentou em 30% nos últimos anos (920.000 em 1980 para 2 milhões em 1999), segundo a UNESCO.

O Brasil percorre caminho inverso, dadas as dificuldades financeiras do Estado, pois bancava 2.100 bolsas no exterior em 1995 e passou a menos de 1.000 em 1999. Recentemente (2000), após um movimento massivo de privatização de sua infra-estrutura de serviços básicos (comunicações, energia, petróleo), o país começa a regulamentação dos fundos públicos daí originados, com o intuito de sustentar financeiramente a expansão do sistema de ciência e tecnologia. A previsão para o

exercício fiscal de 2001 é de haver disponibilidade de mais R\$ 1,5 bilhões de reais sobre o orçamento do sistema em termos correntes.

Por sua vez, o trajeto da expansão internacional do ensino superior está acima do controle de Estados Nacionais. Também é preciso ressaltar que os crescentes desequilíbrios na distribuição mundial da qualidade e da quantidade de matrículas no ensino superior tendem a consolidar as desigualdades sociais e econômicas em escala mundial. Garantir expansão, com qualidade, é uma variável estratégica para determinar as possibilidades futuras de desenvolvimento da potencialidade das forças produtivas.

A batalha da educação no Brasil

Por sua parte, nos últimos anos, o Brasil tem despertado para a situação histórica envolvendo déficits educacionais. Como sempre, em contextos de grandes deficiências básicas, o primeiro ataque é à disponibilidade de matrículas em todo o sistema, em todos os níveis. Historicamente, o Brasil tem convivido, também no plano educacional, com os velhos dualismos que sustentam a existência da sociedade nacional. Ou seja, componentes e subsistemas sociais extremamente atrasados - na perspectiva da modernidade capitalista - ao lado de outros subsistemas típicos das sociedades capitalistas mais avançadas. Mesmo em termos relativos, este tem sido o caso exemplar da existência de um sistema de pós-graduação avançado, produtivo e formador dos recursos humanos e científicos que têm alimentado o crescimento econômico e à diversificação social do país, justaposto à situações dramáticas quanto ao estado do ensino em outros níveis, especialmente no setor público.

Desta forma, o governo federal brasileiro tem feito um esforço enorme em direção ao aumento das matrículas em todos os níveis do sistema educacional brasileiro. No ensino fundamental, que atende a alunos com idade entre 7 e 14 anos, o índice de matrículas passou de 84% em 1994 para 96% em 1999.

No ensino médio houve salto maior, com um crescimento de 57%

nas matrículas, no período 1994-99. No ensino fundamental, 90,9% dos alunos foram matriculados nas escolas públicas e 9,1% em estabelecimentos privados. No ensino médio, 84,2% das matrículas estão no setor público; enquanto 15,8% estão nas escolas privadas.

O oposto ocorre no ensino superior, onde 37,9% estão no setor público, enquanto 62,1% das matrículas pertencem ao setor privado. A taxa de crescimento do ensino superior, entre 1994 e 1999, foi de 28%. São indicadores notáveis de envolvimento da população com o sistema educacional formal.

Apesar disto, apenas 11% da população com idade entre 19 e 24 anos, tecnicamente escolarizável pelo ensino superior, está nos bancos universitários. Taxa que põe o Brasil muito abaixo de países como Estados Unidos, França, Coréia, Japão, Argentina, México, Uruguai, entre outros.

Todavia, simultaneamente à consolidação da onda expansionista, surgem complexos problemas relacionados à qualidade do ensino e ao desenho das instituições públicas e privadas provedoras deste bem essencial ao desenvolvimento e à democracia.

É o caso, por exemplo, de recentes denúncias envolvendo elaboração de pareceres da Câmara de Ensino Superior, seção do Conselho Nacional de Educação, favoráveis à criação de novas faculdades e centros universitários privados no país, sem a qualificação exigida por lei. Ou seja, é preciso contemplar as íntimas relações entre qualidade e quantidade, para realmente avaliar as realizações neste campo.

A questão mais abrangente, envolvendo decisões sobre a educação nacional, está historicamente ligada à postura assumida pelas elites brasileiras. Diferentemente do que ocorreu em países como Estados Unidos, França, Alemanha, Japão e Coréia – entre outros – aqui as elites nunca encararam a educação geral como um bem estratégico, como um componente essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e com projetos de poder no quadro internacional. Em parte, isto é devido à nossa herança colonial, onde Igreja e latifundiários controlaram o acesso à educação básica e, em particular, o acesso à educação de nível superior. Educação sempre foi vista, pelas elites econômicas e políticas, como uma deferência pessoal e de classe, ou seja, uma maneira de

conferir status diferenciados a cidadãos teoricamente iguais. Renda, propriedade e alto nível de educação sempre estiveram aliados, no Brasil, como forma de distinguir pessoas e grupos sociais. A natureza de nosso elitismo antidemocrático sempre esteve fortemente arraigado nesse preconceito. Foi útil aos donos do poder, foi péssimo para a democracia que poderíamos ter consolidado há muito.

Recentemente, de modo especial a partir dos anos setenta, com o dinamismo da economia internacional e a incorporação do projeto de poder brasileiro, baseado na matriz militar-burocrática, ficou evidenciada a debilidade de nosso sistema educacional, em todos os níveis.

Começou um enorme esforço: redirecionamento de investimentos, programas de formação de docentes, fortalecimento do sistema federal de ensino superior e – principalmente – a verdadeira criação de um sistema nacional de pós-graduação, liderado pelo CNPq/MCT e pela Capes/MEC.

Outros programas de fomento à pesquisa e pós-graduação foram criados. O Brasil conseguiu, a partir daí, ser alçado à condição de país latino-americano possuidor do melhor sistema de pós-graduação. Os efeitos deste gerenciamento logo puderam ser constatados, por meio de enormes progressos em ciência e tecnologia absorvidos por empresas e centros de pesquisa em todo o país.

Todavia, persistem graves problemas, especialmente ligados à área do ensino superior público. Destaca-se a falta de decisão do governo federal frente às suas responsabilidades como mantenedor de um subsistema até agora eficaz e o mais produtivo em ciência e tecnologia no país.

A receita do setor privado de ensino superior, em 1999, foi de cerca de R\$ 5 bilhões; cerca de 10% a mais do que o montante do orçamento executado por cerca de 57 instituições de ensino superior federal, mantido o instituto da gratuidade geral aos alunos.

Os recursos são escassos, sabendo-se por comparação, por exemplo, que a INTEL investiu internacionalmente cerca de US\$ 20 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento de seus laboratórios em 1999. Enfim, estamos diante de um sistema altamente complexo, exigindo audácia e criatividade. Não haverá democracia, nem desenvolvimento econômico e social, sem um sistema nacional de educação universal e eficiente. Uma batalha que mal começou.

Brasil cria a Universidade Pública Virtual

Foi criada em agosto (2000), por iniciativa do Executivo, a Universidade Pública Virtual do Brasil. A criação desta universidade está integrada ao projeto educacional estratégico de nosso país. Será localizada no âmbito das universidades públicas existentes, federais e estaduais, e será aberta a usuários do setor privado, em condições distintas.

A inspiração original tem uma dupla raiz: a absorção de tecnologias de informação já disponíveis para utilização no processo educacional, bem como a expansão da capacidade já instalada nas instituições públicas de ensino superior.

Hoje, a produção real está cada vez mais dependente dos fluxos de informação e conhecimento que superam os limites físicos das unidades universitárias. A disponibilidade de novos meios tecnológicos, possibilitará, conseqüentemente, a multiplicação dos efeitos do processo educativo de natureza presencial. Ou seja, a capacidade de gerar conhecimentos excede a capacidade física dos docentes; daí que sua presença material não é fator determinante para o processo educativo.

A institucionalização da universidade pública virtual brasileira está nos moldes da sociedade da informação. As principais universidades do país, ao longo dos anos 90, começaram a implantar projetos de ensino à distância. O conjunto de esforços isolados produziu empreendimentos que não estão em rede, pois a cooperação interinstitucional tem estado ausente. A presente iniciativa visa superar este obstáculo, integrando as diversas experiências em um sistema organicamente estruturado. Assim, desde 1998 começam a existir projetos de consórcios para a produção compartilhada de cursos em diferentes campos do conhecimento, como é o caso da recentemente criada Universidade Virtual do Centro-Oeste (UNIVIR-CO). Sob a mesma orientação, a partir de 1999, diversas universidades públicas constituem a UniRede. São 56 instituições públicas trabalhando para aumentar a capacidade de formação de alunos, em vários campos do conhecimento. O suporte técnico estará baseado na capacidade da INTERNET II, por sua possibilidade de integrar produção de conhecimentos em rede nacional.

Diante da crise de identidade que assola a América Latina, baseada na expansão de processos globalizadores, a experiência busca integrar a produção do subcontinente americano, com vistas à recuperação de posicionamentos soberanos e de valorização de nossa experiência cultural comum. Também é uma forma explícita de evitar que o Brasil e a América Latina sejam “africanizados” ou transformados em simples entreposto de mercadorias e conhecimentos.

Obscurantismo domina universidades brasileiras

Contrastando com iniciativas que procuram atender ao nosso atraso histórico no campo educacional por meio da absorção de novas tecnologias funcionando em rede, o quadro político-universitário brasileiro atravessa mais um momento acidentado. Algumas universidades públicas, estaduais (São Paulo) e federais, em vários estados, estiveram recentemente paralisadas. A reitoria da Universidade de São Paulo (USP) foi sitiada por estudantes e funcionários. O reitor ficou asilado em sua sala de mando durante alguns dias.

As universidades federais estão se movimentando, em busca de um reajuste de 63% nos seus salários básicos. O governo federal resiste, alegando que tem oferecido a gratificação por atividade docente (GED), pelo segundo ano consecutivo, sendo que no corrente ano houve, efetivamente, um aumento de 30% na gratificação.

Ocorre que essa gratificação atinge os mais titulados, os mais produtivos e os mais assíduos. Fato que não é universal entre os professores do sistema público federal. Daí a revolta, em especial, de um pequeno contingente, cerca de 30% dos docentes, que não recebe a GED integralmente. Em termos quantitativos, a GED pode atingir até 30% do salário de um professor titular com dedicação exclusiva.

O Ministério de Educação não conseguiu implementar seu projeto de autonomia universitária, baseado no modelo inglês implantado por Margareth Thatcher. Houve resistência dos dirigentes universitários e do próprio movimento docente. Este, por meio do sindicato nacional da categoria (ANDES), resistiu bravamente a algumas das linhas essenciais do projeto original.

A ANDES resistiu, na gestão de Renato de Oliveira, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, baseada na defesa de certas bandeiras clássicas no campo de batalha da educação nacional. Contudo, no último mês de junho, com comparecimento de apenas 32% dos associados nacionais, a diretoria de Oliveira (1998-2000) perdeu as eleições para a oposição ultra-esquerdista, hegemônica pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e alas revolucionárias do PT.

Este grupo se nega a dialogar com o Ministro Paulo Renato Souza, da Educação, bem como com outros órgãos governamentais. Para eles, a autonomia universitária está assegurada pela vigência automática do artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Não seria necessária nenhuma legislação complementar para que o mesmo dispositivo se tornasse efetiva realidade. Na prática, isso significa paralisia da negociação, impossibilidade de diálogo e acirramento político nas relações entre o sindicato nacional dos docentes (66.000 associados) e o governo federal.

Por outro lado, paralela e eficazmente, o governo vai desenvolvendo complexa engenharia política, envolvendo os dirigentes universitários (reitores) e a sua base parlamentar no Congresso Nacional. Está em pauta na Comissão de Trabalho da Câmara Federal o projeto que cria a figura do “empregado público”, contra a atual existência da figura do “funcionário público”. O projeto já foi aprovado pelo Senado. No ensino superior isso implica que, doravante, qualquer professor ou administrador, seria contratado pelo regime prescrito pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não pelo regime estatutário, vigente após 1988. Além disso, há uma proposta de Emenda Constitucional (PEC), do Executivo, junto à Comissão do Trabalho da Câmara Federal, mas ainda não entrou na pauta. Esta proposta possibilita a criação de sindicatos por universidades, inviabilizando sindicatos de âmbito nacional, como a ANDES. Matéria combustível que, certamente, quando entrar em pauta, provocará terríveis reações.

Com referência à gratificação por atividade docente (GED), já em seu segundo ano de vigência, há propostas de emenda à Medida Provisória 2020 que regulamenta a matéria, de autoria da última diretoria da ANDES (1998-2000). As propostas visam garantir 100% da gratificação aos professores aposentados. Para tratar do assunto e encaminhar a

demanda dos aposentados, a atual diretoria da ANDES teria que negociar, dialogando intensamente com o Executivo e o Congresso Nacional. Mas esta já anunciou que não fará tal coisa, o que, paradoxalmente, deve aumentar a pressão dos professores aposentados sobre o Congresso e o Executivo.

No quadro da teoria dos jogos, fica evidente que as perdas serão mútuas, já que a paralisia de negociações leva a um empate técnico. E em situação de empate, todos perdem, pois a política não é jogo de futebol, onde o empate confere um ponto para cada time.

No conjunto dos fatos, fica evidente que a universidade pública brasileira tem todas as condições para sair prejudicada diante da opinião pública e dos concorrentes. Greves selvagens, com metas indefinidas e inviáveis, bem como negativa de negociações com os organismos oficiais, tendem a favorecer as competidoras privadas. É quando a ultra-esquerda universitária surge como a maior aliada dos setores privatistas, que não querem um setor público de ensino superior eficaz e de alta qualidade.

Qualidade e acesso à universidade

Na medida em que a nova ordem econômica e social depende da generalização de um processo educacional, permanente e de qualidade, é justo considerar o conjunto de fatores que determinam o baixo acesso ao ensino superior no Brasil, atualmente.

Dados da UNESCO e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC) apontam para flagrantes desequilíbrios internacionais. Apenas 11,3% da população brasileira, entre 19 e 24 anos, está matriculada em instituições de ensino superior, número muitas vezes menor do que apresentam Estados Unidos (81%), França (51%), Argentina (36%), Uruguai (29%), Chile (28%), Colômbia (17%), México (14%), Paraguai (11%), por exemplo.

O desenvolvimento globalizado de nossos dias está profundamente ancorado em matrizes de produção que requerem conhecimento científico e informação. Mesmo em conjunturas de

franca abertura econômica - como atravessa o Brasil hoje - com importação de modelos tecnológicos provocados pela privatização das estatais e entrada de grandes multinacionais que não dependem da produção científica brasileira, somente com alta educação será possível participar criativamente deste processo. Uma indicação desta necessidade está na prevista nacionalização de componentes e insumos industrializados, que estão presentes em alguns setores estratégicos como telecomunicações e produção automotiva, sediados no Brasil. Assim, segundo José Kopfer (Gazeta Mercantil, 23/02/00), relatando pesquisa da FGV-RJ, dirigida pela economista Virene Roxo Matesco, o investimento em inovação e capacitação tecnológica de multinacionais que operam no Brasil alcança, em média 2,2% do faturamento, sendo de até 4,5% nas grandes corporações.

O planejamento dessas corporações prevê investimentos superiores às taxas históricas, a partir de 2000. A pesquisa foi aplicada a 85 empresas multinacionais no Brasil. Em seu conjunto, estas empresas representam 5% do PIB global brasileiro e 15% do PIB industrial. Os investimentos realizados no Brasil são compatíveis com investimentos feitos pelas corporações globais em outros mercados regionais. Estes investimentos visam, sobretudo, adaptar produtos e processos. Em 40% dos casos, entretanto, as empresas desenvolvem produtos diferentes dos produzidos na matriz. O destino da produção final das corporações globalizadas tem sido, preferencialmente, o Mercosul.

O cenário indica que a abertura econômica, apesar dos traumas e reorganizações abruptas da produção, não necessariamente impede o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil. Os grandes exemplos estão na conhecida EMBRAER, no setor de hidrogenação da alemã Siemens, cujos centros de excelência mundial estão localizados no Brasil e no polo cerâmico de Santa Catarina. Neste caso, houve aliança bem sucedida com produtores de insumos e *design* italianos.

Grande parte deste padrão de desenvolvimento associado, visando mercados externos, não depende somente da disponibilidade de força de trabalho com educação de nível superior. Mas esta é funda-

mental, no desenho de estratégias mais sofisticadas e de qualidade competitiva. A Itália, a partir de 1950, aderiu a este modelo; sustentando seu crescimento e participação no mercado mundial na estrutura de empresas de porte médio, extensão do envolvimento familiar, com êxito absoluto, a ponto de configurar o que foi conhecido como o milagre italiano.

O Brasil tem feito um esforço notável em direção à ampliação de oferta de ensino superior. A partir de 574 mil vagas oferecidas pelo sistema público e privado em 1994, evoluímos para 766 mil vagas em 1998. A taxa de crescimento geral, no período, foi de 35%. As instituições públicas cresceram 16% e as privadas 44%. Todavia, considerado o número teórico de pretendentes ao ensino superior, graduados do ensino médio, temos em 2000 um déficit de cerca de 2 milhões de vagas!

De outro lado, a qualidade da educação universitária ofertada tem sido objeto de muita polêmica. Mais uma vez, o Estado, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), tem revelado enormes fraquezas. O Provão e o Sistema Nacional de Avaliação das Universidades têm demonstrado o caráter puramente comercial e desqualificado de centros universitários privados e públicos. Um duro desafio a ser enfrentado.

Progridem, felizmente, operações lideradas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia com o objetivo de implementar a utilização dos Fundos Setoriais para o financiamento de pesquisas (petróleo, telecomunicações, energia, informática). Os Fundos deverão favorecer os centros de excelência em pesquisa, hoje concentrada em cerca de 85% dos casos nas universidades públicas, federais e estaduais. Um paradoxo que ilustra as dificuldades de gestão dos sistema universitário brasileiro: as universidades públicas têm apenas 26% das matrículas, enquanto 74% estão com as privadas. Sendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia o resultado de uma profunda associação entre ensino e pesquisa, algo de dramático está explicitado pelos dados. Nesta linha, torna-se visível que ao maior número de matrículas dos centros universitário privados, não tem correspondido similar esforço de pesquisa.

Burocracia e evasão de talentos

O *Censo 2000* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi iniciado em agosto. A partir dos anos 80, como atestado pelo Censo de 1991, há um êxodo crescente de brasileiros ao exterior, num total hoje estimado em 2 milhões.

Esse fato é central para a quebra do imaginário em que o Brasil é construído como país de atração permanente de estrangeiros. País de imigrantes, agora tendemos a ser um país de emigrantes. Há muitas razões para isso: a década economicamente perdida de 80, a lenta retomada do crescimento econômico, com crescente desemprego devido à intensa modernização da produção e a outras questões de ordem gerencial que afetam a condução de instituições públicas.

Na América do Sul o fenômeno afeta a Argentina, desde a década de 70, de modo massivo. Lá, como aqui agora, uma das razões que extrapola aos fatores já mencionados é o modo negativo como ocorrem as relações entre setores de ponta da economia, dimensão exaltada no presente contexto de globalização e absorção acelerada de tecnologia. O nó da questão pode ser exemplificado pela ausência de sinergia entre a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos nos centros universitários públicos e privados e as empresas. O conhecimento estabelecido serve para difusão, não necessariamente para incorporação produtiva, sob o controle de empresas públicas ou privadas.

Um exemplo marcante dessa falta de sinergia está no acompanhamento do *Projeto Genoma*, desenvolvido com êxito total por pesquisadores de várias universidades paulistas, sob patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Fundo de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS), tendo consumido US\$ 15 milhões de dólares. O projeto decifrou o código genético completo de uma praga agrícola (o amarelinho dos cítricos) que causa prejuízos de até US\$ 100 milhões de dólares por ano à agricultura, por falta de condições, não apenas econômicas, para transformar o conhecimento obtido em tecnologia.

Um dos coordenadores do projeto, o biólogo Fernando Reinach, professor da USP, afirma (Folha de São Paulo 18/junho) que há razões de

ordem administrativa impedindo a internalização da cooperação entre as universidades públicas e as empresas interessadas em produzir tecnologias aplicáveis. Um dos problemas é a impossibilidade de remuneração dos professores que participam do projeto científico, dados os limites dos contratos de dedicação exclusiva à universidade pública.

Mais um paradoxo, onde o êxito científico que repousa sobre a dedicação acadêmica é punido pela limitação do sistema de gestão. Razões assim favorecem a expansão do setor privado na educação superior do Brasil. Esse conjunto de fatos, aliado às baixas taxas de crescimento econômico, incentiva a saída de brasileiros talentosos para o Exterior.

Democracia e pessimismo profissional

Em simpósio da 52ª reunião anual da SBPC, na Universidade de Brasília, coordenado por este autor e contando com a presença dos Professores Hélió Trindade e Celi Pinto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi realizada discussão sobre o significado da “democracia participativa nas condições contemporâneas”.

O tema é indigesto, não muito estudado no Brasil, dando margem a grandes confusões conceituais. Além disto, o debate se torna difícil entre cientistas sociais nacionais, dada à falta de tradição empírica da área. A maior parte dos estudos em sociologia e política, principalmente, não apresenta referentes empíricos, sobre os quais poderiam ser estabelecidas as bases de um debate real, validado.

Outras dificuldades estão na precoce e artificial politização dos poucos conhecimentos disponíveis. Tratar de democracia no Brasil, antes de mais nada, hoje, é posicionar-se contra ou a favor do pretenso neoliberalismo do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com isto, é construída uma barreira que impede o reconhecimento de nossos avanços democráticos, especialmente desde a Constituinte de 1988, onde o país consagrou alguns institutos jurídicos, como o *mandado de injunção*, pouquíssimo utilizado pelos cidadãos, e que visa garantir acesso aos bens e serviços públicos definidos como universais como a educação elementar, por exemplo.

Outros casos surgem como ilustração de avanços, como a administração compartilhada entre o Estado e outros agentes sociais, como sindicatos, centrais sindicais e entidades empresariais ou organizações não-governamentais. A política de assistência social, de saúde pública, os programas de formação e qualificação profissional dos trabalhadores, as políticas educacionais, a política de reforma agrária, são exemplos candentes que já saímos de uma fase embrionária da democracia representativa para a democracia mais participativa.

O Estado brasileiro atual tem sustentado programas extensos de políticas sociais compensatórias, considerados entre os maiores do mundo, como é o caso da assistência a idosos e deficientes físicos, com orçamento de cerca de R\$ 10 bilhões de Reais anuais, maior do que os gastos do Ministério de Educação com todo o sistema federal de ensino superior público que é, hoje, cerca de R\$ 7 bilhões anualmente.

O que está em jogo, daqui por diante, é o desafio do aprofundamento desses programas amplamente democráticos, tornando-os mais eficientes e transparentes. Já ultrapassamos o momento de estabelecer as bases mínimas da *governabilidade*, que se define pela possibilidade de haver força política para governar. Estamos agora em território pertinente à *governança*, que se traduz por transparência e responsabilização total dos governantes (*accountability*).

Todavia, essas implicações esbarram no fato de que o debate público entre intelectuais e a imprensa continua sendo comandado por conceitos algo fora do lugar, prejudicando o entendimento do que se passa no país e impedindo a formulação mais correta de projetos para o futuro. O pessimismo contaminador das análises tem como fonte primordial a incapacidade teórica e metodológica de grande parte dos intelectuais.

Ne verdade, a negatividade dos argumentos não reflete, necessariamente, a existência de um exercício crítico. Os dados não têm sido contemplados, bem como as alternativas historicamente oferecidas não têm sido avaliadas. Criou-se um ambiente pouco propício ao debate e a considerações de possíveis históricos.

Diante das intransigências de discursos e práticas brasileiras, é sempre bom fazer considerações comparativas, tendo a América Latina

como ponto de referência. Com os movimentos de integração política e dos mercados econômicos, a América Latina ressurgiu para o Brasil como uma referência importante e necessária.

As elites políticas brasileiras têm sido, e logicamente serão, traídas pelas costumeiras abordagens de curto prazo e de pouca abrangência analítica. A urgência de várias crises históricas acumuladas, de origem política e econômica, é uma das determinantes da pressa em resolver problemas complexos com estratégias simplórias.

O Brasil embarcou inexoravelmente nas políticas de ajuste estrutural, determinadas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Afinal, uma contingência histórica. Todavia, isto não deveria ter perturbado a visão das elites sobre questões que não podem receber um tratamento padronizado, segundo os ditames das agências internacionais. É o que indicam as recentes crises institucionais que ameaçam profundamente a governabilidade de muitos países latino-americanos.

Eleições fraudadas no Peru, com Fujimori pretendendo a eternização, apesar de seus ganhos já consolidados na luta contra a guerrilha e a inflação, e das pressões, internas e externas. Estado de Sítio na Bolívia, com recrudescimento de violência política e militar, sempre subjacentes à política local. Tentativa presidencial de fazer um referendo na Colômbia, que resultaria na elaboração de uma nova Constituição com eleição de novo congresso nacional. A Constituição de 1991, seria revogada na prática. É bom frisar que hoje o Estado colombiano controla um pouco mais da metade do território nacional, tão somente!

De outro lado, Lagos enfrenta a recessão chilena e a “questão Mapuche”. A recessão se deve à perda de valor de produtos estratégicos de exportação. A questão envolvendo os índios Mapuche reside na tentativa de formar, dentro do Estado chileno, uma outra nação. O organismo político ibero-americano é historicamente antagônico ao respeito das nacionalidades. Procuramos sempre, devido à herança portuguesa e espanhola, justificadas pelo positivismo e pelo pensamento católico-republicano, sublimar as diferenças nacionais dentro dos Estados. A opressão política e cultural, bem como o extermínio de povos inteiros são nossas preferências.

O quadro latino-americano atual tem algo a sugerir às elites brasi-

leiras. Aqui também os povos indígenas - que desejam a organização de suas nações dentro do Estado brasileiro, mas diferenciadas - tentam conquistar espaços políticos. Aqui, também, a pressão por educação superior pública e de qualidade tem sido buscada pela população em urbanização crescente. Aqui, também, a proteção aos velhos e desempregados tem sido motivo de batalhas políticas. No entanto, aqui como no Peru, na Colômbia, na Bolívia e no Chile, as elites políticas estratégicas centralizam suas atenções no ajuste macroeconômico e nas regras de sua própria sucessão.

Aqui, como acolá, a realidade em constante mutação, com aumento de pressão por demandas urbanas e de cidadania (educação, segurança social, emprego), são tratadas com a arrogância, como se fossem problemas que terão solução automática, a partir do ajuste das contas públicas. Isto não é verdade, pois não há comprovação empírica!

Ao aumento dos gastos sociais no Brasil, por exemplo, não tem havido correspondência, na mesma proporção, da diminuição das linhas de pobreza. O aumento da oferta de vagas no ensino superior, basicamente no setor privado, não tem tido correspondência necessária no aumento de qualidade da oferta, gerando melhores condições de competitividade ao país.

Está ausente uma estratégia estatal de remodelação das agências intermediárias que seriam responsáveis pelo oferecimento de bens e serviços e que teriam por função disciplinar os fatores econômicos e sociais que garantiriam a reprodução democrática do sistema social.

No Peru, nos últimos quinze anos, é estimado o número de 25.000 vítimas da guerra civil entre o Estado e guerrilha. Deste total, cerca de 5.000 são militares das forças armadas peruanas; outros 5.000 são vítimas passivas, membros da população em geral; e, cerca de 15.000 são jovens em idade universitária, militantes das diversas facções guerrilheiras. Pela baixa oferta de oportunidades, principalmente educação e empregos, os jovens são atraídos pela guerrilha; o que não deixa de ser uma forma de engajamento empregatício. Em geral, estes jovens são inexoravelmente dizimados no âmbito de uma guerra mesclada pela economia da droga. A sociedade peruana, como as demais citadas, encontra-se com o tecido social esgarçado. Difícil será a reconstituição

dos padrões mínimos de sociabilidade, como ponto de partida para uma convivência pacífica e criativa.

Essas incidências são alertas às elites políticas brasileiras, provincianas e arrogantes, centradas no próprio umbigo. A palha vai secando, uma faísca, ou várias, podem surgir. Inesperadamente ? Só para os cultivadores da auto-suficiência!

Em pleno transcurso do projeto rumo às metas do ajuste estrutural, a América Latina volta a ser objeto central das atenções. A estabilidade macroeconômica tem sido fortemente abalada por recentes acontecimentos internacionais, como aqueles decorrentes da queda das principais Bolsa de Valores do mundo, todas abarcando capitais relacionados a grandes investimentos na América Latina.

Outros acontecimentos são de ordem interna. A fragilidade dos sistemas de representação democrática fica cada vez mais evidenciada na situação dramática enfrentada por países como Colômbia, Bolívia, Paraguai, Peru e Venezuela. Não por acaso, a presença maciça da economia da droga nestes países, torna difícil a estruturação de um sistema político representativo, ancorado nos clássicos mecanismos de consulta e sucessão política.

Neste quadro, a plena internacionalização dos fluxos econômicos, ajuda, ainda, a ressaltar a precariedade do sistema de relações sociais e políticas. Na verdade, a América Latina convive em ambientes de muitas transformações simultâneas, sem ter ainda resolvido alguns dos seus fundamentos de infra-estrutura.

Assim, as transformações econômicas têm abalado, principalmente, os sistemas de organização do trabalho e de suas representações sindicais e políticas. Mais recentemente, depois das eleições de 7 de maio para governador de Buenos Aires, a Argentina tem experimentado grandes convulsões sociais de massa, incluindo manifestações de xenofobia antibrasileiras a partir da penetração comercial de nosso país naquele território. As reformas estruturais, especialmente a relativa à flexibilização de leis trabalhistas e ao combate às formas de evasão fiscal, têm sido objeto de encarniçadas lutas no Congresso Nacional e nas ruas. A pressão sobre as relações entre a moeda nacional e o dólar norte-americano é um grave indicador desta instabilidade.

O quadro geral é de imensas dificuldades. Do ponto de vista das elites políticas estratégicas, parece claro que os executivos latino-americanos terão de conviver cada vez mais com altos níveis de conflitos políticos e sociais, baseados que estão na agudização do que se chamaria (antiga, mas não tão remotamente) de luta de classes.

Neste sentido, a vulgarização de certos episódios envolvendo pressões populares, geralmente muito bem organizadas por atores sociais complexos e sofisticados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, ajuda a naturalizar o novo tipo de conflito. Há um desafio aos sistemas políticos em vigor no continente. A pura repressão, em condições de aprofundamento da democracia representativa, é inaceitável. A solução parece estar na obediência dos velhos ditames da social-democracia europeia em períodos de grande conflito político e social. Negociar, operar, corrigir rumos, na expectativa de que as grandes estruturas macroeconômicas comecem um novo ciclo de acumulação e possibilitem melhor distribuição do produto gerado.

Axioma derivado das teorias de desenvolvimento, sem criação de excedente econômico não há civilização. Para debater este tortuoso processo de mudanças, em ambiente de grande pressão social e instabilidade, reuniu-se em Buenos Aires em maio de 2000 o *III Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho*. Entre muitos temas abrangentes e centrados na problemática criada pelo grande ajuste das estruturas trabalhistas, como os sindicatos, estão as implicações das modificações trazidas pela internacionalização dos mercados latino-americanos de trabalho. Os resultados e avaliações não foram nada alvissareiros, devido à falta de alternativas políticas disponíveis.

Tanto especialistas, como agentes mobilizadores e sindicalistas, constataram as enormes dificuldades em oferecer caminhos distintos às políticas de ajuste estrutural comandadas pelas finanças internacionais, a partir de situações de déficits fiscais históricos carregados pelos Estados na América Latina. O rompimento com a cadeia de decisões que condicionam as políticas macroeconômicas na região não se apresenta como algo fácil de ser conseguido. Em geral, por comodismo ou falta de criatividade teórica, aceitam-se as circunstâncias históricas como

passageiras. Somente uma nova onda de crescimento econômico, com ajuste fiscal crescente, possibilitará a elaboração de alternativas globais. É o velho “etapismo” que marcou a convivência política e intelectual entre o estruturalismo cepalino e as perspectivas embasadas no marxismo na América Latina. Diante do Estado enfraquecido, verdadeiro *Leviatã Encurralado*, começam a faltar alternativas politicamente viáveis aos setores mais progressistas no subcontinente. Desta forma, ressurgem ondas de moralismo, fazendo crer que o aperfeiçoamento dos mecanismos legais de controle da administração pública, ainda que necessários e essenciais, serão suficientes para estabelecer novos patamares e horizontes históricos.

Neste panorama, parece vital ter em perspectiva as transformações históricas do Estado, para que a imaginação sociológica e política possam ser exercidas. A questão é relevante especialmente porque diz respeito ao enfrentamento das atuais debilidades estatais encaradas desde a origem da capacidade de extração fiscal, justamente aquele que possibilita a expansão ou retração das funções reprodutivas do Estado.

O Estado Moderno nasce com as monarquias nacionais européias, em luta contra o feudalismo. No período que vai do século XV ao século XVIII, sob a liderança das monarquias absolutistas, dois elementos foram historicamente essenciais para formação do Estado Moderno que conhecemos : a criação de impostos e a formação de corpos militares disciplinadas e leais aos soberanos. Estes, respaldados no direito divino, sob a égide do Cristianismo, num quadro de grande violência, tinham seus projetos de centralização do poder respaldados pela Igreja Romana como instituição política universal.

O processo de formação do Estado Moderno foi extremamente cruel. A Inglaterra enfrentou sérias rebeliões regionais entre os séculos XV e XVI. No século XVII houve efetiva concentração de poder na mãos dos Stuart, ainda que com enorme penetração do que conhecemos como relações capitalistas de produção, a partir da aliança entre proprietários de terras privatizadas (*enclosures*) e classes comerciais urbanas. Nunca houve um período maior do que dez anos sem que a Inglaterra conhecesse violência e turbulência social até a restauração de seu reinado. A Guerra Civil na Inglaterra (1640-1660), passando

pelo protetorado de Cromwell (1653-1658), foi palco de lutas centradas na questão da terra, conformando o poder político organizado, posteriormente. Outro exemplo dramático, na perspectiva de centralização de poderes dispersos sob o manto dos soberanos, é dado pela França. Durante o século XVI, a França experimentou sangrentas guerras religiosas, que colocavam em disputa prerrogativas reais estabelecidas contra aspirações de liberdade regional. O século XVII francês conheceu violentas resistências à coroa, que demandava crescentes taxas e impostos à população, destruindo militarmente as oposições locais. Ainda que houvesse forte resistência popular à convocação da população ao serviço militar e medidas que forçavam a distribuição de grãos às cidades, as formas mais importantes de luta contra a centralização dos poderes estatais vieram sempre sob o título de resistência aos tributos, impostos e taxas. Impostos e exércitos sempre foram os recursos essenciais de poder para a criação do Estado Moderno. A resistência à tributação das diversas classes sociais levava ao fortalecimento militar; e vice-versa. Em 1500 a Europa abrigava cerca de 500 unidades políticas relativamente autônomas, que foram reduzidas a 20 estados independentes em 1900; uma operação de grandes dimensões.

O caminho ocidental para o estabelecimento do Estado Moderno, na verdade, inicia-se no século XVII com a revolução inglesa, firma suas bases políticas com a sublevação das colônias britânicas (1775), seguida da Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e culmina com a revolução francesa (1789). Outras matrizes são criadas, com códigos universais de direitos não necessariamente centrados no indivíduo, mas na coletividade. É o caso das revoluções do século 20 no México, na Rússia e na China.

Em qualquer perspectiva disponível, a implantação do Estado Moderno tem como fulcros a centralização do poder, extraído de múltiplas unidades de controle territorial por meios militares e tributários, bem como o estabelecimento da supremacia de um direito universal objetivo sobre todos os interesses e direitos particulares. Ao longo destes dois últimos séculos, o Estado que conhecemos hoje é a resultante de uma grande e incomparável invenção social e política. Ele tem sido construído ao redor de uma enorme tensão entre as aspirações indivi-

dualistas de pessoas e grupos de interesse e as propostas de suporte coletivo. A recente falência dos modelos políticos inscritos sob o *socialismo real*, liderados pela experiência soviética, sinaliza o fim de uma era mas fortalece a existência de um desafio teórico e prático não resolvido, desde os primórdios da modernidade que nasce com a *Declaração de Independência* dos Estados Unidos.

O desafio central do Estado Moderno está localizado na conciliação entre o individual e o coletivo. A crescente transformação das relações sociais, sob a égide da universalização das formas mercantis de produção em que o capitalismo vai se tornando hegemônico em todo planeta, torna evidente que nem todos os homens e culturas estão disponíveis para seguir as conseqüências necessárias de uma ordem social e política onde o elemento eficiente é dado pelo êxito da iniciativa e atividade pessoal. Um sintoma claro desta contradição está posto pelo fato contemporâneo da existência de uma riqueza jamais acumulada pela humanidade, convivendo com formas predatórias e desumanas de pobreza e discriminação generalizadas em todo o globo, em todos os países, inclusive nos mais ricos.

Isto tem tornado ainda mais agudo o desafio deste fim de século. A existência massiva da pobreza e da exclusão, ao lado de enorme e inusitada riqueza, implica a necessidade de intervenção do Estado no próprio circuito mais profundo das relações sociais e econômicas cotidianas. Ocorre, para agravar o eterno desafio às teses fundadoras do Estado Moderno Democrático, que este mesmo Estado se encontra - hoje - desaparelhado e incapaz de uma intervenção que seja eficiente e democrática.

A imperícia estatal se revela na sua ineficiência como provedor de bens públicos essenciais, como serviços de educação, proteção social, educação e segurança; bem como na sua debilidade, como agente de ordem pública universal, para garantir o exercício dos direitos plenos de natureza individual e coletiva de seus cidadãos. Na verdade, o Estado Moderno, ao final do século XX, está indicando o fim de um ciclo, onde perde o monopólio da representação dos interesses coletivos, o monopólio da força e da violência sistêmica, e o monopólio da iniciativa de políticas de interesse universal. A recente Conferência da OMC

em Seattle (USA), onde organizações não-governamentais de vários países praticamente impediram as deliberações dos Estados Nacionais, bem exemplifica o quadro atual desses impasses.

As premissas fundamentais que sustentam a criação do Estado Moderno, principalmente a pretensão de respeito sagrado aos direitos individuais e a aspiração a um direito universal objetivo, permanecem como marcas destes dois últimos séculos. O fim do século XX, todavia, anuncia um período de enorme e necessária mudança nas suas formas de atuação.

Referências Bibliográficas

- OLIVEIRA, Renato & SCHMIDT, Benício - "*Autonomia universitária, condições e desafios*", *Revista Universidade e Sociedade (ANDES)*, vol.9, nº19, pág. 7-14, maio/agosto 1999.
- SCHMIDT, Benício, "*Estado e imaginação sociológica*", *Revista Política Comparada*, ano III, nº 1, pág. 103-116, 1999.
- CASTELLS, Manuel, *A Era da informação: economia, sociedade e cultura* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1999).
- HIRST, P. & Thompson, G., *Globalização em questão* (Petrópolis: Vozes, 1998).
- DAEDALUS, *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, Spring 2000.
- INEP/MEC, *Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil* (Brasília: MEC/INEP, junho 2000).

SOBRE AS INSTITUIÇÕES

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional: A ANDES foi fundada em janeiro de 1981 a partir da organização das Ads – Associações de Docentes, surgidas em várias universidades brasileiras desde 1976. Apresenta por eixo de ação a defesa do ensino público e gratuito; a democratização da universidade e a defesa dos interesses trabalhistas e salariais dos docentes. A gestão 1998/2000 teve como Presidente Dr. Renato de Oliveira, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília

Caixa Postal 04470 CEP 70919-970 Brasília – DF - BRASIL

Fone: 55 00 61 347-2028 / Fax: 55 00 61 274-3303

Site: www.Andes.org.br

e-mail: andes-sn@andes.org.br

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe
– O CEPPAC é uma unidade acadêmica da Universidade de Brasília, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO. Constitui um centro de altos estudos que abriga um programa de pós-graduação (doutorado) denominado Estudos Comparativos sobre América Latina e Caribe. Apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Políticas Públicas Comparadas; Estado e Sociedade; Identidades e Culturas Latino-americanas; Pensamento Social Comparado na América Latina; Relações Internacionais e Integração Econômica, Política e Cultural; Universidade, Educação e Sociedade.

Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB

Pavilhão Multiuso II – 1º andar - Asa Norte

70910-900 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 273-3710 Fones: 55 - 00 61 307-2590 e 307-2591

Home Page: www.unb.br/ics/ceppac

e-mail: ceppac@unb.br

Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior – O NESUB integra o Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília - UnB. Dotado de autonomia acadêmica e administrativa, o núcleo desenvolve pesquisas sobre temas relevantes do ensino superior. Nos últimos anos, tem consolidado sua atuação por meio de análises comparadas de alcance regional e nacional, bem como pela formação de uma rede de pesquisadores ligados a importantes universidades brasileiras. Oferece consultorias e capacitação para dirigentes e técnicos de instituições de ensino superior. Promove intercâmbios institucionais e divulga estudos sobre o ensino superior.

SCLN 406 Bloco “A” Salas 217-19 - Asa Norte

70874-510 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 349-7826 Fone: 55 00 61 349-7015

Home page: www.nesub.org

e-mail: nesub@tba.com.br

SOBRE OS AUTORES

André de Faria Pereira Neto – Historiador, Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Pesquisador na Casa de Oswaldo Cruz; pereiraneto@hotmail.com.br

Benício Viero Schmidt – Doutor em Ciência Política (Stanford University/EUA,1979); Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (Université de Paris I/França,1994); Professor Titular de Sociologia no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe; Diretor científico do CEPPAC/UnB; *colunista do jornal eletrônico Brasil em Tempo Real* (www.emtemporeal.com.br); benicio@unb.br

Carlos Alberto Marquis - Magister en Sociología-UNAM/México. Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET). Profesor Titular: UBA, 1987-92; UNLZ, Argentina, 1988; UNAM, 1976-89. Profesor invitado: Universidad de Mar del Plata 1998; Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil, 1990-91; Universidad del Estado de México, 1982. Actual Director Ejecutivo del Fondo para el Mejoramiento de la Calidad Universitaria (FOMECA), Ministerio de Educación / Banco Mundial, 1995/2000; cmarquis@sinectis.com.ar

Elizabeth Balbachevsky – Doutora em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (1995); professora do Departamento de Ciência Política da USP; pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais - NUPRI/USP e do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, NUPES/USP; balbasky@usp.br

Jacques Velloso – Ph.D. em Educação pela Universidade de Stanford (1975). Professor titular de Economia da Educação da Universidade de Brasília. Pesquisador nível I-A do CNPq. Consultor ad hoc do CNPq; da CAPES, SBPC, FLACSO e ANPED. Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (mandato 1996-2000); jvelloso@tba.com.br

José Antônio Giusti Tavares - Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ; coordenador do programa permanente de investigação em instituições políticas e governo

(POLIS); professor de Ciência Política no programa de doutorado em Direito da UFRGS e na ULBRA. Pesquisador associado no Guest Scholar do Helen Kellogg Institute for International Studies of Notre Dame (Indiana/USA,1998); autor dos livros *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro* (Mercado Aberto,1982); *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégia* (Relume Dumará,1994); *Reforma Neoliberal e Reversão Democrática no Brasil: da Revisão Constitucional à Reforma Constitucional* (Cashiers du Centre d'Études Politiques Brésiliennes, Paris/1995); *Reforma Política e Retrocesso Democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário* (Mercado Aberto,1998); organizador dos livros: *Instituições Políticas Comparadas dos países do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai* (FGV, 1998); e *PT: Totalitarismo, Ilusão e Manipulação* (Mercado Aberto, 2000); jjgjustit@pro.via-rs.com.br.

Maria Zélia Borba Rocha – Historiadora, Mestre em Sociologia (UnB), professora assistente da Universidade de Brasília na Faculdade de Educação; zelia@unb.br

Manuel Gil Antón - Doctor en Metodología y Teoría de la Ciencia. Profesor del Departamento de Sociología, UAM-Azcapotzalco, integrante del Área de Investigación en Sociología de las Universidades. Coautor de: *Los Rasgos de la Diversidad: un estudio sobre los académicos mexicanos*, UAM-A, 1994. Y autor de *Conocimiento Científico y Acción Social: crítica epistemológica a la concepción de ciencia en Max Weber*, Gedisa, 1997; maga@hp9000a1.uam.mx

Renato de Oliveira – Doutor em Sociologia pela École de Hautes Studies (França/1994); Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UFRGS; Ex-Presidente da ANDES-SN (1998/2000). Atual Diretor-Presidente da FAPERGS; renatol@ZEUS.fapergs.tche

Virgilio Alvarez Aragón – Doutor em Sociologia (FLACSO/1993). Professor Adjunto II da Universidade de Brasília; viranette@guate.net

Vilma Figueiredo – PhD em Sociologia pela George Washington University; professora Emérita do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Vice-Presidente da SBPC e Pesquisadora I A do CNPq; vilmafig@unb.br

Ubaldo Zúñiga Quiñtanilla – Engenheiro, actual Rector Universidad de Santiago de Chile; uzuniga@lauca.usach.cl

Este livro surge como resultado do intercâmbio acadêmico entre estudiosos e centros de pesquisa sobre a questão do ensino superior na América Latina. Debate que se consubstanciou no Seminário Internacional A Universidade, O Ensino Superior e a Ciência & Tecnologia no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas, realizado na Universidade de Brasília, em maio de 2000, por iniciativa do NESUB Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior; do CEPPAC Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe e da ANDES-SN: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, na gestão 98/00.

Subdivide-se em quatro grandes temáticas: Universidades Elites e Estado é o tema que abre o livro, mostrando a correlação existente entre essas três instituições, em um resgate histórico. A Formação de Cientistas: Necessidades e Soluções aponta a experiência brasileira, considerando especificamente a alocação, no mercado de trabalho, dos egressos dos cursos de pós-graduação e a formação de quadros na área médica. A Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas constitui a terceira grande área abordada na obra e apresenta um mapeamento macro dessa profissão nas instituições de ensino superior brasileiras, assim como detalha o caso mexicano e a especificidade da Universidade de Brasília. As Novas Políticas de Reestruturação do Ensino Superior e o Futuro da Universidade analisam as atuais políticas de Estado para o ensino superior, apontando as experiências chilena, argentina e brasileira.

O mundo no qual vivemos hoje é um mundo de incertezas. Incertezas provocadas, entre outros fatores, pelo paradoxo intrínseco à nossa sociedade altamente instável: a utilização social do conhecimento científico como fonte legítima e fidedigna de possibilidade de resolução dos inúmeros problemas humanos provocou, ao mesmo tempo, o surgimento de novas questões. A intensidade e a velocidade atual de produção, comercialização e difusão do conhecimento científico é uma das fontes geradoras do alto grau de instabilidade social no qual vivemos. Estamos na sociedade do conhecimento.

O ensino superior constitui uma das formas clássicas de difusão deste conhecimento. As universidades, os *loci* históricos de produção. Esta nova engrenagem social impõe nova dinâmica também a essas instituições que, na América Latina, caracterizam-se por especificidades econômicas, políticas e culturais.

É o que se dispõe a analisar este livro: a dinâmica do ensino superior, da universidade, da ciência & tecnologia e da profissão acadêmica na América Latina. E quais as possibilidades de futuro para cada uma delas, na atual conjuntura mundial.

Código EDU 300608

ISBN 85-230-0602-8



9 788523 006020